

The Color of Modernity: São Paulo and the making of Race and Nation in Brazil

BARBARA WEINSTEIN

Durham: Duke University Press, 2015. 472p.

*Francisco Quartim de Moraes**

The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil, livro da consagrada historiadora norte americana Barbara Weinstein, professora da New York University, estuda a ideologia da oligarquia paulista no contexto do levante militar de 1932 e o uso da memória deste levante nas décadas posteriores. A edição é primorosa, bem revisada e com um útil índice onomástico no final.

A linha de pesquisa é inovadora. Não que a ideologia do movimento tivesse passado despercebida aos pesquisadores brasileiros e aos participantes da guerra civil de 1932. Nunca, no entanto, ela havia sido analisada com tanta precisão e profundidade.

Na primeira das duas partes em que o livro se divide, vemos o racismo, a xenofobia, a eugenia e o machismo, entre outros temas importantes naquele contexto histórico, tais como se expressam nos escritos e na ação dos ideólogos do movimento de 1932. São eles intelectuais como: Júlio de Mesquita Filho (dono e editor do jornal *O Estado de S. Paulo*), Ibrahim Nobre (professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco), Paulo Duarte e Alfredo Ellis Jr. (fundadores da Universidade de São Paulo). A retórica destes ilustres paulistas espanta pela crueza com que expressam suas opiniões que hoje seriam vistas como, no limi-

* Doutorando no Departamento de História Econômica da Universidade de São Paulo. E-mail: francisco.moraes@usp.br

te, criminosas. Alguns poderiam classificar essas opiniões como manifestações pessoais. No entanto, o próprio movimento de 1932 fez questão de alçar estes homens ao papel de líderes políticos e ideológicos do levante. Ibrahim Nobre, por exemplo, era chamado “O Tribuno de 1932” e seus restos mortais hoje repousam no Obelisco do Ibirapuera. Além disso, possui um busto em bronze no Largo São Francisco. Parece que os paulistas não se importavam com a admiração declarada do “Tribuno” por Adolf Hitler (p.94).

Numa das passagens mais espantosas do livro, Alfredo Ellis Jr. apoia “cientificamente” sua xenofobia pela eugenia:

Será puro lyrismo sentimental, se chamarem irmãos um dolico-louro do Rio Grande do Sul, um bachy-moreno de S.Paulo, um dolico-moreno de Minas, ou um platycephaloamongoilado do Sergipe, ou do Ceará ou um negro da Bahia [...]. O amongoilamento do typo nordestino já é clássico e por demais sabido para que, honestamente, possa ser contestado. Se as vezes esse amongoilamento desaparece, deixa, entretanto, a platycephalia, vestígio do amerindiano, marcando aquilo que os sulinos chamam, sem sentido pejorativo aliás, de “cabeça chata”. (p.90)

Já Paulo Duarte compara a interventoria de João Alberto à atitude de um negro em Dakar “que vive com seu chapéu alto e de pés no chão, mas convencido de que ocupa a alta posição de cidadão da França” (Duarte 1931, in Weinstein, 2015 p.94). Em *Palmares pelo Avesso* (escrito em janeiro de 1933, mas só publicado quase quinze anos depois), ele lamenta o que considera a deplorável inversão entre Palmares e o movimento de 1932. No primeiro, os bandeirantes brancos derrotaram os quilombolas negros. O que seria normal e aceitável. Já em 1932, seriam os quilombolas negros que teriam invadido a terra dos bandeirantes. Como poderia um povo racial e economicamente superior ser derrotado por um povo inferior? A resposta dele, além da enorme quantidade de racismo e xenofobia, é uma das explicações mais simples para uma derrota: a traição. Os paulistas teriam sido traídos por outros estados que não participaram do movimento, em especial por Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Weinstein traz para o centro do debate figuras coletivas bem diferentes: a Mulher Paulista (como ela nota, sempre em maiúsculas), os negros, os nordestinos, os sulistas e os heróis de tipo mítico de 1932. Normalmente, a historiografia debate o tema apenas pela disputa entre separatismo ou não separatismo, pela análise imagética e pelo debate, sem muita objetividade, entre getulistas e antigetulistas. A contextualização e a compreensão do período são impecáveis, o que por si só é um grande mérito se considerarmos que a historiografia brasileira, independentemente do espectro ideológico, tem enorme dificuldade em acertar pontos básicos do levante de 1932. Como mostrei pormenorizadamente no primeiro capítulo de *1932: A história invertida*, nem mesmo a linha do tempo básica do movimento é respeitada por boa parte dos que escreveram sobre a questão.

A segunda parte do livro analisa o uso da memória do levante na formação do culto da “paulistaneidade”. Esse uso foi iniciado um dia após a oficialização da derrota paulista. No editorial de 3 de outubro de 1932, *O Estado de S. Paulo* fez o balanço e apontou uma nova perspectiva:

[...] a campanha que São Paulo empreendeu será, talvez, a de maior ressonância na história política do Brasil. [...] São Paulo não deve desanimar, o gigantesco esforço que fez não foi estéril. O que se encerrou ontem foi um inesperado e melancólico desfalecimento de algumas tropas, não foi a luta pela redenção do Brasil.

Com efeito, a campanha militar paulista de 1932 foi derrotada, mas a nova luta iniciada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* nesse editorial foi bastante exitosa. Muitos intelectuais brasileiros convenceram-se de que o movimento de 1932 era essencialmente constitucionalista e democrático. A imagem positiva dos “bandeirantes” como paulistas civilizados enfrentando a barbárie ainda ecoa em São Paulo e mesmo no resto do Brasil. Ela é reiterada através de inúmeras matérias de jornais, editais e publicações especiais que aparecem todos os anos perto do nove de julho. A memória do levante de São Paulo é fortemente reavivada em datas especiais, como na comemoração do quarto centenário da cidade de São Paulo em 1954, em que se exaltaram o levante de 1932 e o bandeirantismo paulista. Vários logradouros públicos receberam nomes alusivos ao movimento; foi também para esta ocasião que se construíram o Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret e o Obelisco em Frente ao Parque Municipal do Ibirapuera, importante atração turística e área de lazer muito frequentada da cidade de São Paulo.

Há bons estudos críticos sobre o levante paulista, por exemplo o primoroso *O movimento de 1932 e a causa paulista*, de Maria Helena Capellato. O livro, entretanto, é muito sintético devido a seu tamanho limitado, não se estendendo a todos os aspectos importantes do tema. Certamente, no que concerne à ideologia do levante de 1932, em particular à xenofobia e ao racismo disseminados na oligarquia paulista, o livro indispensável é o de Barbara Weinstein. Quando ela começou a pesquisar o movimento de 1932, o contexto político, mundial e brasileiro, de ascensão da extrema-direita não estava configurado. O tema tinha importância histórica para compreender um período fundamental na formação do pensamento conservador paulista e ganha ainda mais importância quando confrontado com a atualidade. Ler *The Color of Modernity* é imperativo para aqueles que querem compreender a ideologia da oligarquia paulista e brasileira. Mesmo sendo relativamente recente (2015) e ainda não traduzido, ele já inspirou teses, dissertações e livros elaborados entre nós.